



**PJM / PMMR**

**PARECER**

**CONTRATO Nº:** 20230433

**PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO:** Nº 02/2023-00002

**CONTRATADA:** DSB CONSTRUTORA LTDA.

**EMENTA:** ADITIVO DE VALOR. REQUISITOS LEGAIS CUMPRIDOS.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de análise da possibilidade de aditamento para o Aditivo de Valor ao contrato administrativo nº 20230433 correspondente a 24,47%.

O pedido foi instruído com a solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, fundamentando o pedido do referido aditivo sob a justificativa da necessidade de substituição de alguns serviços originalmente contratados, e inclusão de novos serviços essenciais, de acordo com o descrito no **Parecer técnico n. 006/2024** do Setor de Planejamentos e Convênios, sobre a capacidade financeira de suportar os acréscimos de valor, conforme consta na documentação em anexo.

A empresa apresentou os seguintes documentos comprobatórios acerca da necessidade dos acréscimos, quais sejam:

- Justificativa-técnica;
- Planilha de orçamentária de aditivo;
- Cronograma físico financeiro.

É o relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

No caso em tela, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada que se encontra consubstanciada no artigo 65, inciso I, alíneas a, b, parágrafo 1º da Lei 8666/93 que assim determina:

**Art. 65.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**Art. 65.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**I - unilateralmente pela Administração:**

**a)** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

**b)** quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;





§ 1º. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Diante de todo exposto, pode ser feita a solicitação de aditivo de qualidade, atribuindo a prática de 24,47% do valor do contrato.

## **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, opina-se que observado o pedido de Aditivo de valor, requerido através do memorando 139/2024 da Secretaria Municipal de Administração com a justificativa apresentada, pela viabilidade financeira do pedido, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, conforme o valor de 24,47% do valor do contrato, proposto pela empresa, nos termos dos dispositivos acima mencionados, da Lei 8666/93.

É o parecer, SMJ.

Mãe do Rio - Pará, 24 de abril de 2024.

Halex Bryan Sarges da Silva  
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL  
DECRETO Nº 001/2022  
OAB Nº 25286/PA

---

**HALEX BRYAN SARGES DA SILVA**  
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL  
DECRETO Nº. 001/2022  
OAB/PA N. 25.286